



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Política e transparência:

o segredo e as subversões da democracia

Roberto Bueno Pinto

Como citar: PINTO, R. B. Política e transparência: o segredo e as subversões da democracia. *In*: SALATINI, R.; BARREIRA, C. M. **Democracia e direitos humanos no pensamento de Norberto Bobbio**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 123-144.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-026-9.p123-144>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

POLÍTICA E TRANSPARÊNCIA: O SEGREDO E AS SUBVERSÕES DA DEMOCRACIA¹

Roberto Bueno Pinto

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a relação de tensão entre as instituições da democracia representativa liberal e as poderosas instâncias invisíveis que efetivamente as coordenam desde as sombras, operando incisivamente sobre as instituições legitimamente constituídas amparadas no sufrágio. É realizada crítica da reflexão sobre a inserção da oligarquia econômica (e sua esfera de ação, os *arcana rei oeconomicæ*) no campo da representação política democrática (e sua esfera de ação, *arcana potentie abscondite*) operante desde o campo da invisibilidade, estratégia causadora de desequilíbrio no âmbito da política e, sobradamente, da penetração e estabilidade das convicções democráticas populares. Este texto que ao fundo do debate político

¹ Este trabalho é parte de um projeto mais amplo sobre a democracia que está em curso há alguns anos e que no próximo mês conhecerá o primeiro resultado impresso em livro em publicação intitulada “*Democracia em crise*”. Esta é a versão que resultou de reflexão pormenorizada, mas ainda inconclusa, que consta em capítulo deste projeto.

há uma latente e insolúvel tensão no que concerne a expressão da verdade no campo político mas que, desde o plano democrático-popular requer intervenção moderadora através da ampliação do campo da visibilidade. Desde este campo político libertário há forte demanda pela ampliação do raio de visibilidade das instâncias da política e do poder, demanda contraposta aos discursos e retóricas que objetivam a manipulação da opinião pública, segundo função desconstitutiva do cerne das instituições da democracia. Este texto destaca a importância no momento atual de estabelecer reflexão sobre o seu objeto, em especial considerando a presente crise brasileira, fazendo-o sob o referencial da filosofia política progressista e social de Norberto Bobbio.

O BLOQUEIO À TRANSPARÊNCIA E OS *ARCANA: IMPERII, POTENTIÆ ABSCONDITÆ E REI OECONOMICÆ*

Em sua origem, os *arcana imperii* (segredos políticos do império) foram *arcana ecclesiae*, e uma vez transpostos desta esfera teológica para os assuntos de Estado, logo passaram a ser compreendidos como conteúdos que precisavam ser mantidos à distância do olhar e do escrutínio público. A finalidade superior era a preservação dos interesses do Estado, que então tinha a sua interpretação confundida com o teor do juízo que deles fizesse o soberano. Em perspectiva histórica, uma leitura mais acurada do segredo de Estado remete a um conceito de absolutismo de fundo medieval.

A respeito desta conexão Kantorowicz comenta que o segredo de Estado “Es un tardío brote de aquel hibridismo secular-espiritual que, como resultado de las infinitas relaciones entre Iglesia y Estado, puede hallar seen cada uno de los siglos de la Edad Media” (KANTOROWICZ, 1955, p. 37). Os segredos do altar e os insondáveis mistérios da divindade foram migrados de seu hibridismo religioso para o unitarismo (aparentemente) laico para que, com isto, cumprissem a finalidade de isolar o poder temporal ao acesso do público contestador. Deste modo o poder temporal poderia operar com força idêntica a da esfera teológica, ordenando de forma perfeita a hierarquia e obtendo a submissão incontestada de seus súditos.

Os momentos sucessivos ao medievo e ao absolutismo foram marcados pelo esforço filosófico Iluminista em sentido inverso, seccionador da forte união entre Estado e Igreja, mas com a constituição do primeiro sob a orientação dos atributos de poder típicos da Igreja. Os seus impenetráveis mistérios e hierarquias alimentavam a ação política de autoridades eclesiásticas operantes sob referenciais dogmáticos, e reveladoras de eficiência na obtenção de submissão a ponto de serem emuladas pelo campo secularizado do político, quando a cultura iluminista já fazia sentir os seus efeitos no campo da política. Este cenário ilustrou a migração das características do *corpus mysticum* da Igreja para as esferas de poder temporal do Estado, o *corpus morale et politicum* (cf. KANTOROWICZ, 1955, p. 57), e é através desta colonização do temporal pelo espiritual que o mistério e o dogma se posicionaram e consolidaram no universo político demarcando este campo e, assim, ao próprio miolo do moderno Estado secular, que foi levado a operar sob o manto do segredo próprio do misticismo teológico.

Em conexão com este modelo, e quando já era entrado o primeiro quarto do século XX Carl Schmitt destacava que os *arcana imperii* eram absolutamente necessários para a consecução dos propósitos de um Estado absolutista, e neste sentido afirmava que “arcana, [são] segredos técnico-políticos, de fato tão necessários ao absolutismo como conaturais a toda política, assim como o segredo dos negócios e das finanças é próprio da vida econômica baseada na propriedade privada e na competição” (SCHMITT, 2010, p. 48)². Quando Schmitt propõe esta aproximação íntima entre os segredos técnico-políticos do Estado e a forma de organização absolutista do Estado, percebe-se que está a indicar que é inexorável a interferência dos *arcana imperii* para normalizar a realidade política do Estado. Schmitt aponta o segredo do poder como uma realidade insuperável, prática indispensável a um exercício voltado a segurança do Estado, e nisto assinala certa similaridade com uma visão teológica da política na qual a potência do poder de Deus no mundo preserva o mistério para, deste modo, interferir com autoridade irrefutável em todos os assuntos

² Segundo o texto original: “*Arcana* gehören, politisch-technische Geheimnisse, die in der Tat für den Absolutismus ebenso notwendig sind, wie Geschäfts- und Betriebsgeheimnisse für ein auf Privateigentum und Konkurrenz beruhendes Wirtschaftsleben”.

humanos, sem que, à razão destes, seja dado rebater ou se opor de alguma forma àquele irresistível e arrebatador poder transcendente.

Na época moderna o conceito de *arcana imperii* foi deslocado e mobilizado predominantemente para o cumprimento de finalidades distintas daquelas inicialmente cumpridas voltadas a proteção do Estado. O conceito transcendeu as fronteiras da retórica do interesse público do Estado e, já modificado, adentrou na esfera puramente política da vida político-parlamentar para ser instrumentalizada para o cumprimento de fins constituídos em esfera alheia ao interesse público. Este deslocamento conceitual obedeceu ao interesse oculto de uma elite manipuladora que encontra diversos instrumentos para cumprir seu desiderato, e neste sentido Lucas Martín indica que o conceito de segredo está composto ao menos por três variáveis que ilustram este movimento de ocultação, a saber, (a) o não mostrar, o não comunicar ou (b) o silêncio, o rechaço à pretensão de conhecer, o não responder ou negar-se a mostrar, ou, ainda, (c) o dissimulo (cf. LUCAS MARTIN, 1990, p. 131).

O ângulo analítico do conceito de segredo que nos ocupamos aqui não é do tipo que revela utilidade para preservar a saúde do Estado, mas sim de outra ordem. Quando a oligarquia econômica colonizou as instituições estatais, *ipso facto*, herdou os *arcanas* e os transfigurou de uso para a proteção da *res publica* para a proteção de seus exclusivos interesses econômicos. A partir de então, do que se trata é da ocultação deliberada de informações por parte de oligarquias financeiras preocupadas em maximizar os seus próprios benefícios através de articulações subterrâneas ao poder político legítimo, desinteressando-se das consequências solapadoras dos fundamentos e das instituições democráticas, o que é confirmado pela leitura de Galli de que “[a política se hunde cada vez más en los manejos de oligarquías que especulan en el terreno económico” (GALLI, 2013, p. 61), movimento que com clareza distancia a organização política de uma perspectiva humanista-progressista consistente.

Neste sentido, conforme Kantorowicz, considerando que o segredo de Estado foi uma derivação tardia do hibridismo secular-espiritual originado das relações entre Igreja e Estado, agora sob a nova configuração oligárquico-econômica no poder após os desdobramentos do Iluminismo,

então, o segredo de Estado passa a ser um hibridismo entre o mundo secular e o econômico. Esta é perspectiva antidemocrática por antonomásia, cuja conexão com Bobbio se encontra na declarada importância concedida pelo autor à análise da visibilidade do poder, reveladora de flagrante incompatibilidade com as pretensões de segredo das oligarquias que coordenam o mundo financeiro, mas que em sua aplicação à esfera pública não poderia ser considerada senão enquanto exceção (*cf.* LUCAS MARTIN, 1990, p. 134).

A aplicação do segredo a segmentos específicos das engrenagens da política é coordenada pelo *establishment* financeiro. É estabelecida uma linha de proteção de certos conteúdos aos quais não pode ser dado o conhecimento, controle que segue a lógica do desestímulo à articulação da autonomia política pública. A crítica democrática ao segredo não é compartilhada pelo Estado absolutista referido por Schmitt, senão que é tipologia de Estado que se contrapõe ao universo político libertário, e ela, a democracia, é que prioriza a aplicação da visibilidade. Destaca Lucas Martins que a incompatibilidade da democracia com os segredos reside em que estes últimos “escapen a la ley, que no estén regulados jurídicamente” (LUCAS MARTIN, 1990, p. 140), pois o que caracteriza a democracia e a própria atividade política não é a ausência de segredos senão, precisamente, que seja de domínio público “quien, como y por qué cabe restringir el acceso al conocimiento y que la decisión sobre todo esto [...] queda en manos del Pueblo a través de sus representantes” (LUCAS MARTIN, 1990, p. 140). Efetivamente, a oligarquia financeira não tem interesse em realizar a normatização das vias de acesso ao segredo na política, e por isto se pode dizer com Galli que “la escena está dominada por un capital profundamente transformado y substancialmente fuera de control” (GALLI, 2013, p. 66), e esta é uma intensidade que nada tem a ver com a descrição histórica de Ostrogorski de que as minorias sempre governaram, fosse em uma democracia ou em uma autocracia (*cf.* OSTROGORSKI, 2008, p. 41), e esta é a cena específica reveladora das insuficiências históricas do regime das liberdades populares, que a duras penas logram avanços e sob grau de dificuldade inverso experimentam submissões e golpes vários, mas sempre sob a égide destas autocracias as quais se refere Ostrogorski.

A leitura e prática do conservadorismo autoritário moderno sobre a democracia aponta para que cada vez mais amplos nichos de poder precisam ser preservados da percepção e perscrutação pública, o que se deve a falta de convicção das oligarquias nos termos básicos de projeto ilustrado que põe em evidência cenário em que os homens devem exercer a razão pública e a íntegra do povo a autonomia política. O fato da predominância de grupos restritos nas mais diversas formas de organização social, e que mesmo a democracia se encontre em muitos casos exposta a controle de uma elite, sem embargo, não é impeditivo, senão uma questão de justiça, que dela se possa esperar que sejam pluralistas e competitivos, para que seja possível a configuração de um cenário político democrático (*cf.* GALLI, 2013, p. 50). O empenho em bloquear o projeto ilustrado³se evidencia, por exemplo, no trato reservado aos temas econômicos onde uma renata versão do darwinismo é aplicada a esfera do econômico, produzindo como resultado um puro darwinismo social sob a égide teórica de um suposto cientificismo econômico neoliberal. Nesta seara os processos e as discussões assim como as decisões são antipolíticas, posto que tomadas em gabinetes hermeticamente fechados.

Este movimento não poderia ter ocorrido tão exitosamente sem que houvesse sido realizada a migração da aplicação predominante do conceito de *arcana imperii* para os *arcana potentiae abscondita* (segredos de um poder escondido), que ocorreu sob a égide da ocultação das reais motivações dos poderosos em novos tempos. O que está em causa é que a moderna forma de Estado e da política retira a coroa do soberano e a coloca no povo, a quem o primeiro precisa render contas e justificar política e publicamente as suas ações. Sem embargo, ainda sem coroa, as novas oligarquias todavia seguem a antiga lógica do poder, operando-o como se ainda possuísse o cetro e a coroa e, portanto, como se não tivessem de apresentar públicas justificativas.

Os *arcana potentiae abscondita* são elaborações dos prepostos da oligarquia financeira para bem executar o seu mister a partir dos *arcana rei*

³ Esta eficiente estratégia ideológica de bloqueio de projetos políticos inspirados em modelos ilustrados cumpre dupla função solapadora das bases da democracia, posto que (a) distancia o parlamento de uma função libertário-republicana e (b) configura o desenho mínimo da constituição do moderno estado autoritário, cujas vias de realização em nada o distanciam das versões absolutistas de exercício de poder que a história conheceu.

œconomicæ. A sua existência nas sociedades democráticas ocidentais tem se revelado indissociável da política e da condução dos assuntos de Estado, tanto quanto os *arcana imperii* que foram tradicionalmente descritos pela literatura especializada. De forma análoga aos *arcana imperii*, a oligarquia financeira busca ocultar *arcana rei* œconomicæ e o opera sob a retórica pública da tutele da democracia, da Constituição e das instituições representativas do poder político. Esta descrição da lógica de funcionamento do poder não é nova mas, isto sim, os meios de que lançam mão, pois edificam sucessivas substituições históricas na organização do poder. De forma análoga aos *arcana imperii* citados por Schmitt, os *arcana rei* œconomicæ mostram alta operatividade no mundo dos negócios e das finanças ao tempo em que permanecem ocultos aos olhos do grande público, para o que necessitam da ação no nível político de prepostos que edificam uma segunda via de contenção, os *arcana potentie abscondite*, operante no campo do político, e que por fazê-lo compromete a realização das aspirações dos reais titulares do poder de nossas democracias.

A democracia dos Estados modernos tem em sua base a noção de representação política, mas é precisamente este o conceito frente ao qual a oligarquia financeira que controla o poder se mostra refratária *in extremis*. Tal resistência implica na busca por mecanismos que desloquem o eixo do poder (popular) sem macular o próprio instrumental que se encontra formal e juridicamente disponível para tanto, implica, em suma, em elaborar um mecanismo que faça crer que a população está no domínio e controle do processo político quando, em verdade, não está. As ocultações e os segredos vêm a funcionar como recursos intrassistêmicos para manter o corpo (interesses) ao tempo em que corrói a alma (valores) do sistema democrático. Neste sentido convém recordar a característica identificada por Canetti de que o segredo opera sempre em um só corpo (*cf.* CANETTI, 1995, p. 290), quer o consideremos coletiva ou individualmente, e nesta identificação de Canetti é que se percebe que, em realidade, o corpo econômico precisa aderir o corpo político, tornando-se este um movimento de cooptação indispensável para os desdobramentos práticos da oligarquia financeira, mas mantendo uma dupla face em que ao público só é dado ver o político desde a perspectiva que lhe apresenta como autônomo e independente.

A oligarquia financeira realiza o movimento de apresentar como uno o que é plural, como unificado aquilo que é um completo e irreduzível conjunto de funções e opiniões democráticas. Precisa fazê-lo ocultando o conflito e as ideologias competitivas porque, em verdade, é a única forma de resguardar os seus interesses, fazendo-o através da concretização dos planos operativos derivando dos *arcana rei* econômica os *arcana potentiae abscondita*. Tal como em uma encenação de marionetes em que ao público apenas é dado observar o jogo dos fantoches mas não a manipulação deles, é em espaço similar que os atores econômicos e políticos revelam estar em indissolúvel união, sendo que a primeira esfera de segredos (econômicos) é constituída pelo núcleo duro dos atores da oligarquia financeira, que se revela determinante da segunda esfera de segredos (políticos), seguindo um movimento inverso a própria percepção das entranhas da democracia mantida por Bobbio.

Segundo esta construção da esfera política em que as forças econômicas emergem como determinantes, ao passo em que a transparência não é concebida como categoria reguladora, é que se cumprem as condições ideais para o poder absoluto, pois é justamente sob a obscuridade que o poder sem controles recrudescer. Ele desfruta das favoráveis circunstâncias de ausência de controles eficazes, que são peça nevrálgica da democracia para que a democracia encontre condições de sobrevivência (*cf.* LUCAS MARTIN, 1990, p. 135), sendo indispensável que os poderes do Estado atuem tendo a transparência como sua guia (*cf.* DELGADO GIL, 2005, p. 3). É notável como as democracias ocidentais de média ou alta voltagem constituem espaço em que o discurso e a retórica do poder controlado pela oligarquia financeira oculta pretende apresentar como superada a prática da política, resumindo-a a um circuito de funções técnico-científicas, e com isto ultrapassam as fronteiras do neoliberalismo e adentram com força o território do autoritarismo.

A subsunção das esferas de ação e, mesmo, de constituição do poder político às oligarquias financeiras não são exatamente uma novidade, senão as formas de sua aparição histórica é que são variáveis. Trata-se de categoria recorrente e observável ao longo da história, tanto na Idade Média em seus momentos posteriores à queda do Império Romano (*cf.* GANZ, 2002, p. 4) quanto no mais recente cenário pré-republicano brasileiro, período cujo evoluir social e político foi bem traçado por Florestan

Fernandes enquanto objeto de controle por uma oligarquia econômica, então situada no espaço rural (ver FERNANDES, 2005, p. 119-139).

A esfera política foi alvo de diversas formas de controle por diferentes capas históricas de atores econômicos cuja forma de atuação também foi variável, mas que em qualquer de suas formas, expressas (escravidão) ou implícitas (turbocapitalismo de mercado oligopolista), foram documentadas e bem descritas em seu funcionamento. Deriva desta realidade a construção de um cenário político de alta aplicação da força das oligarquias financeiras, principalmente nas sociedades de alta especialização e complexidade, nas quais as formas de exercício do domínio precisam ser mascaradas. Os atores centrais desta empresa estão cientes de que o sistema que lhes favorece não pode operar sem que seja realizado o prévio deslocamento do eixo do fazer político legitimado pelo voto para a titularidade do campo econômico, mas também estão absolutamente cientes de que este precisa ser um movimento sutil e oculto, e para tanto elaboram a razão econômica de fundo no campo dos *arcanareî œconomicaæ*. Mas com o cuidado de outra dimensão operativa, esta no campo político, através dos *arcana potentia abscondita*.

Esta função de mascaramento requer a constituição e intervenção de homens de gabinete desconhecidos associados a outros que operem em frente às câmeras e nas cédulas eleitorais mas que, em verdade, são prepostos que nem sempre conhecem os seus senhores e patrões, senão que não raro são apenas um pequeno elo bem pago de uma cadeia de comando obscura mas cuja lógica é perceptível, embora oculta. Neste espaço executivo das ordens emitidas e executadas por uma cadeia de comando triunfam, incógnitos, os *experts* em seu incansável labor tecnocrático es-cudados cotidianamente no valor da neutralidade da ciência, mas cujos efeitos ideológicos são potentes, impactantes e corrosivos das perspectivas de empoderamento popular.⁴ Independentes quanto a responsabilização

⁴ A classificação do papel da burocracia no Estado foi bastante bem traçada modernamente por Max Weber. Sem embargo, o que está aqui em causa é o trânsito para uma potente tecnoburocracia que serve sob o signo declarado da imparcialidade à realização de fins desconectados daqueles que interessam aos reais titulares do poder que o Estado, atores que delegam tais poderes a governantes de diversos matizes, com maior ou menor acerto, mas sempre temporariamente. Em nenhum caso, contudo, se trata de atividade realmente neutra, pois há um viés concreto neste acionamento da tecnoburocracia, possuidor de uma função ideológica relevante para perpetuar determinadas formas de organização em detrimento de alternativas menos promissoras para o *establishment*.

por seus atos e de qualquer justificativa a eleitores, este corpo de tecnoburocratas são impassíveis de contestação e respondem tão somente aos seus patrões do mundo financeiro, retoricamente calçados que se encontram na dogmática hermética da economia que procura sustentar a absoluta confiabilidade de suas opções mundanas no processo de ancoragem de seu fazer, que alegadamente não é político, mas puramente científico.

Em que pese indubitável, o impacto prático do papel exercido pelos especialistas em qualquer tipologia de organização social – e não menos nas democráticas –, é claro que certas calibrações sobre a amplitude de suas competências são indispensáveis, e precisamente a isto é que Giovanni Sartori chama a atenção (*cf.* SARTORI, 1993, p. 85)⁵. Portanto, é relevante especificar qual seja o grau de domínio sobre a esfera da política que se pretende outorgar a estes tecnoburocratas, e tal delimitação se justifica na medida em que a esfera da política é a única legitimamente constituída pelo sufrágio e também a única referência eficiente para legitimar qualquer organização do Estado com pretensões democráticas. Desconhecer ou apenas relevava centralidade desta ponderação é incidir nas circunstâncias desconstitutivas da ordem política que a tecnoburocracia de corte eminentemente elitista visa ampliar, supostamente voltada a concretização de uma ordem mais sofisticada.

A densidade da ideologia da tecnoburocracia resume-se ao pragmatismo para executar as ordens da oligarquia cujo conservadorismo tematiza objetos cuja execução demandam a cobertura do segredo, quer seja este entendido este como ocultação plena de informações ou como estratégico mascaramento ideológico ou mescla com investida publicitária. Neste sentido, é razoável supor que a oligarquia concorde e logo, tente evitar estratégias que desmontem o diagnóstico de Ostrogorski de que a melhor educação popular permitiria ao povo compreender melhor as suas circunstâncias e mais eficazmente intimidar aos governantes (*cf.* OSTROGORSKI, 2008, p. 42), o que, de fato, funciona como excelente elemento regulador dos governos (*cf.* OSTROGORSKI, 2008, p. 43-44). Convergingo com Schmitt

⁵ Importa notar que quando o projeto escolhido pelas urnas livremente termina por não ser executado, seja por quais forem as contingências históricas – desde que sejam variáveis insitas ao mundo da cultura e não ao mundo natural – eis que, em tal momento, começa a ser delinear um duplo Estado com forte viés para a realização de uma organização antidemocrática, malgrado mantenha as vestes típicas da democracia.

sobre existir uma dimensão de temas que precisa ser analisada na esfera dos segredos técnico-políticos, deriva daí a necessidade crucial de cuidados para que a ampliação desmesurada desta órbita de segredo desempenhada pela tecnoburocracia via radicalização da racionalidade instrumental não redunde na constituição de um Estado autoritário moderno ou alguma renovada forma de ditadura tecnologicamente executada.

Segundo Galli, sem embargo, o Estado democrático vem se caracterizando é por não ser político, e por este motivo teria perdido o seu elã dialético vital e, assim, teria passado a ser mera atividade administrativa, com o qual já “no es liberal sino autoritaria” (GALLI, 2013, p. 55). A operacionalização deste tipo de Estado está comprometida com as circunvizinhanças do fascismo, alvo das críticas bobbianas em seu momento. Portanto, a manutenção de perspectivas de uma sociedade democrático-libertário-socialdemanda uma calibragem dosificada e bastante modesta dos temas que mereceriam inserção na órbita do segredo, ao tempo estabelecidas linhas públicas de acesso e fiscalização.

DEMOCRACIA COMO TRANSPARÊNCIA: ECONOMIA E AUTORITARISMO

Assumimos resolutamente a leitura de Bobbio de que a articulação do conceito de democracia com o da transparência é essencial para as suas possibilidades de afirmação e sobrevivência. Neste sentido assiste razão a Delgado Gil ao afirmar que, por princípio, “cualquier actuación por parte de alguno de los órganos del Estado que no pueda ser conocida por los ciudadanos atentaría contra su propio fundamento” (DELGADO GIL, 2005, p. 3), pois, à partida, este é o vetor que deve ser assumido para orientar as instituições de uma democracia. Sem embargo, ainda quando assumamos este como um princípio e convirjamos com o otimismo expresso por Bobbio quanto às consequências da consolidação da transparência, é preciso reconhecer que a sua estratégia falha ao não estabelecer contrapesos aos desdobramentos prometeicos da potencialização de sua crença nos efeitos redentores da transparência. Contudo, é certo que a sua percepção de fundo sobre os efeitos da transparência para a democracia é absolutamente

correta, tanto pelas razões apresentadas na seção anterior como por outras que precisam ser explicitadas.

O autoritarismo conservador da oligarquia financeira desconhece as vias da política em prol da afirmação do econômico, isolando a democracia como uma categoria que será recepcionada apenas na medida em que apresentar funcionalidade para os fins superiores da maximização de seus altos interesses no mundo das finanças⁶. Isto faz com que o capitalismo se sinta à vontade para operar independentemente da política e do direito e à revelia da razão libertária, voltando-se a concentrar esforços em eliminar custos insuportáveis, e dentre eles pontifica como objetivo o Estado social (*cf.* GALLI, 2013, p. 60) cujos benefícios populares ocupam a rubrica de mero custo para as oligarquias. O Estado social é substituído pelo Estado capital, e o homem enquanto meio ou engrenagem (cujo desgaste pouco interessa) de quem se exige máxima eficiência e produtividade substitui um modelo de Estado em que o homem é fim, e nunca meio.

É possível observar que não existe uma natural discrepância entre o mundo da política e o mundo das finanças, mas que este é um divórcio concretizado em face da pretensão de maximização dos benefícios econômicos em um jogo em que a soma a alcançar pretende ser positiva tão somente para a oligarquia na medida em que obtém ainda mais benefícios ao avançar e desconstruir a concretude o substrato dos direitos sociais e políticos. Deste modo, quando as categorias ínsitas ao mundo das finanças avançam, o mundo das instituições democráticas retrocede, mas quando estas últimas avançam pela pressão popular, tocará as primeiras retroceder (*cf.* BOBBIO, 2013, p. 36).

Este jogo de sucessivos avanços e retrocessos, em verdade, tem sido configurado no mundo empírico pelo avanço contínuo dos interesses do mundo das finanças. Os retrocessos em favor das instituições demo-

⁶ Interessa referência da verdadeira patologia das sociedades modernas quando os atores e dirigentes ocultos do capitalismo de mercado manobram para despistar a importância da esfera política. A este respeito Flinders chama a atenção para o fato do super estímulo ao individualismo consumista, que é utilizado como método de governo (*cf.* FLINDERS, 2013, p. 68), o que termina aproximando o cidadão-médio de profunda apatia pelo fazer genuinamente político através de sua distração continuada (e estimulada) através do consumo incessante no mercado. Neste sentido Flinders sublinha esta utilização do mercado como uma estratégia diversionista, uma “tactic that absorbed the intensity of democratic life” (*Ib.*) e que, por fim, é capaz de destruí-la lentamente e sem maior alarde, e que por carcomida soçobra com o apoio iludido dos seus beneficiários.

cráticas têm sido apenas aparentes, não passando da aparência, maximizada enganosamente por atores que lançam mão da construção de chaves ideológico-publicitário-culturais para realizar a tarefa de encobrimento do real. Antípodas, a democracia ou o autoritarismo encontram terreno fértil para avançar na razão direta em que o poder, os atores e as instituições sejam mais visíveis (democracia) ou menos visíveis (autoritarismo) e que, portanto, os segredos políticos desfrutem de um estatuto especial, sendo cristalino que quando a visibilidade passa a ser uma mera excepcionalidade no sistema, então, o que está em causa é um sistema fechado, autoritário ou autocrático (*cf.* BOBBIO, 2013, p. 36).

A razão pela qual há empenho em fortalecer a transparência indicada por Bobbio converge com a admissão da superioridade qualitativa da organização democrática sobre a autoritária. Ela reside em que a primeira tende a consolidar regime afirmativo das liberdades e de meios que favoreçam a realização de diferentes projetos de vida. Enquanto meio virtuoso para o acesso a influência no poder a transparência é uma categoria-chave que deve desfrutar de estatuto absolutamente privilegiado e protegido para a consolidação deste valor político libertário e das expectativas de realização de uma sociedade democrático-libertária-social. Ao expor o poder a transparência é categoria que trabalha de forma resoluta contra o vírus autoritário que opera nas sombras de forma solapadora das melhores e mais vivas essências da democracia, posto que alimenta as forças que configuram o duplo Estado – bastante presente nas democracias contemporâneas – em cujo âmago se encontra a sobreposição da economia à política através da operacionalização dos *arcana rei œconomicae*.

A transparência funciona como elemento desarticulador das tentativas de hiperdimensionar a esfera coberta pelo segredo para além das mínimas órbitas em que o republicanismo democrático pode recepcioná-lo. A maximização da esfera do segredo potencializa o poder das forças obscuras que projetam o sequestro do público por uma casta permanente e bem assentada para além da esfera da representação, oligarquia cuja pretensão é de permanecerem sua posição de controle, à revelia dos titulares do poder político escolhidos pelas urnas. A transparência opera de forma eficaz para desarticular uma profunda e bem enraizada rede de atores

com alta influência na determinação dos rumos das políticas públicas que modernamente respondem escassamente ao poder político legítima e democraticamente constituído, e é por esta razão que as oligarquias financeiras precisam conter demandas em favor da expansão do nível de transparência da política e das instituições.

A “secretização” da esfera política interdita o núcleo do fazer democrático, posto que inviabilizador do exercício da razão pública. O segredo em matéria política deve ser compreendido como a chave de bloqueio a visualização do político e de seus condutores, estratégia eficiente para consolidar e magnificar as próprias instâncias do poder e do *establishment*, que aspira perpetuar a cultura produzida pela oligarquia financeira através de seu denso campo magnético de atração de capas populares através da reconfiguração ideológica travestida de genuína reprodução cultural. O bloqueio ao campo do político funciona eficazmente a partir da interdição da razão pública ao contato e avaliação das diferentes ideologias e formas de organização social ao tempo em que veiculando massivamente tão somente uma das formas possíveis.

O esforço por bloquear o acesso ao núcleo de informações políticas e em paralelo conduzir o processo de formação da opinião pública é um dos eixos sobre o qual trabalha o argumento conservador autoritário, para quem a mais sofisticada técnica é o único referencial válido para pautar a condução os assuntos públicos. É desconsiderado o papel da população na tomada de decisões, cujo compartilhamento empresta potencialmente maior legitimidade e eficácia ao processo, ao passo em que, por si só, constitui uma semente promissora da qualidade da democracia em questão. Desentendido desta realidade, para o conservadorismo autoritário esta via de decisões é de qualidade inferior pelo só fato de não serem tomadas por técnicos mas com alta influência popular. Este é argumento desconsidera o aspecto político e democrático, consagrando a lógica maximizadora de resultados e da utilidade econômica no processo de tomada de decisões políticas.

As decisões políticas são tratadas pelo campo conservador autoritário exclusivamente pelos padrões de maior ou menor eficiência, orientando as decisões políticas e as ações segundo este critério aplicado a produtividade e retorno financeiro. O teor do que o conservadorismo autoritário

considera ser eficiência em matéria política está desconectado da avaliação sobre o seu impacto na promoção de fins sociais, senão que admite até mesmo aquelas absurdamente menos eficientes do ponto de vista da promoção de fins sociais. A eficiência derivada das estratégias operantes sob o signo dos *arcana rei oeconomicae* discrepa da finalidade de aglutinar forças para perseguir os fins sociais e coletivos porque não é do interesse das oligarquias realizar a política através da aglutinação de perspectivas e da mobilização de expectativas em processos de criação coletiva da política, pois apenas concentram atenções na realização de fins privados.

A democracia social percorre caminho inverso ao projeto político do conservadorismo autoritário, pois ao propugnar meios mais eficientes a democracia prioriza o viés social para a consecução de fins econômicos. A democracia social está pronta a realizar fins econômicos mas não a ponto de instrumentalizar os fins sociais e os valores humanos, dentre os quais a representação política como única base legítima da articulação política democrática, ainda que a despeito de alegações de superioridade e eficiência das decisões porventura tomadas por um grupo de tecnocratas ao arripio desta variável política.

A via democrático-social pressupõe o não acoplamento e sobreposição da lógica econômico-empresarial ao funcionamento político das instituições democráticas ou as suas relações sociais ou trabalhistas. A democracia social não dá guarida a exacerbação de funções de maximização do econômico, pois isto gesta intensos prejuízos aos fins sociais e da ordem política com os quais ela está comprometida. É imperioso que a democracia entronize o político em posição de comando porque de outra forma a economia remanesce fora de controle, e quando ocupa tal posição ela passa a não responder a outra lógica senão a sua própria (*cf.* GALLI, 2013, p. 61) em que o segredo impera e, por conseguinte, a democracia define. Este é problema concreto de nossas sociedades democráticas ocidentais em que o político perdeu a proeminência para os gabinetes fechados, situação que requer providências imediatas somente possíveis desde a intensificação da esfera democrático-participativa e pela pressão popular destacada por Ostrogorski (ver OSTROGORSKI, 2008, p. 41-43).

Sendo as discussões realizadas e as decisões tomadas em locais alheios aos parlamentos, por suposto, é natural a opção pelo segredo em detrimento da transparência. Os grandes temas políticos e econômicos são alvo de mistificação científica para dourar o autoritarismo que subjaz a sua falta de argumentos. Não está em curso a ação de um inofensivo tecnoburocratismo cujas escolhas fundamentais na esfera das políticas públicas são neutras, senão a ocultação de suas escolhas pelo véu do cientificismo. A oligarquia sustenta interesses e ideologia compatíveis com práticas que demandam a disseminação do segredo, e cada vez a níveis ainda mais elevados até mesmo nos parlamentos, espaço em que as relações deveriam estar destacadamente pautadas pela publicidade.

Este fenômeno possui uma explicação tão clara quanto evidente, e se deve ao descaso político com uma versão séria e congruente da democracia, se deve ao desinteresse em empregar meios adequados para não apenas manter a democracia como fortalecê-la. O interesse das oligarquias pelo segredo também se explica pelo fato de que as cadeiras dos representantes políticos legitimamente eleitos tem apenas funcionado como escritório de execução das tarefas determinadas no espaço dos mais sofisticados e luxuosos gabinetes para os quais a democracia não é convidada e nem o voto é lembrado como recurso de avaliação de preferências, senão enquanto mero objeto de manipulações.

O tom crítico a falta de transparência da democracia representativa contemporânea conecta até mesmo antípodas como Bobbio e Schmitt, que apontam para alternativas políticas absolutamente diversas a partir da crítica comum ao parlamento. Ontem, como hoje, são os gabinetes sem identificação em locais alheios a influência pública em que operam e decidem os magnatas das finanças sobre o futuro das políticas públicas e da política econômica, sendo o “humor” do mercado gestado nestes espaços e a única forma pública de comunicação é o alerta público que emitem sobre os rumos que um Governo deve ou não tomar. Esta é uma variável que se consolida quando o governo éproclive a concepção de organização social em que o mercado é quem deve dar as cartas e os poderes do Estado são finalmente concentrados e amplamente mobilizados para realizar a cartilha neoliberal.

Neste diapasão, devidamente instrumentalizado, o Estado fica restrito a concretização dos fins da oligarquia financeira, ator que exerce o real controle da vida política e das instituições, ainda quando o faça por vias subterrâneas e na superfície habite a normalidade democrática. Esta prática contrária essencialmente o conceito essencial de democracia enquanto autogoverno popular, de que o mérito não é a base legitimadora do exercício do poder, senão a aprovação popular através do exercício do sufrágio. Neste sentido afirma Polack que “quien gobierna en una democracia no lo hace porque posea las condiciones de una capa superior cualitativamente mejor, frente a una capa inferior” (POLACK, 2011, p. 56). Certamente, este é um princípio democrático inaceitável pelas vias obscuras do conservadorismo autoritário cujas práticas políticas são travestidas de ilustração para obter os favores eleitorais necessários para implementar as suas políticas opressivas.

É desde a esfera do mundo das finanças, alheia ao mundo parlamentar, que a lógica do mundo político é concebida. Ela é alimentada pela força motriz do interesse da máxima reprodução de benefícios, sejam estes entregues em espécie ou não, mas sempre mantida publicamente a retórica da maximização dos interesses públicos. Sem embargo, esta orientação não ultrapassa o terreno do discurso e está vinculada ao seu real propósito maximizador das instâncias do privado. A alta voltagem do mundo das oligarquias financeiras produz a concentração das operações de seus interesses em um consistente grupo de tecnoburocratas, tangenciando a esfera deliberativa. Tal é o indefectível sinal de que a democracia começa a sucumbir, e todavia mais intensamente quando considerada a hermética blindagem de que desfruta o corpo tecnoburocrático em face de quaisquer interferências da esfera política. É desde este espaço do mundo dos negócios que é estabelecida a arquitetura, a estética e a retórica do publicizável bem como o teor dos interesses que precisam permanecer em absoluto segredo, pois publicizar o que não interessa às oligarquias representa comprometimento da mínima legitimação pública necessária para um regime cuja orientação básica não é democrática e popular.

A invasão da órbita parlamentar por uma lógica estranha ao seu funcionamento perverte o debate público que do ponto de vista de

sua estrutura deveria ocupar o centro das atenções, e isto leva a que não se cumpra a promessa liberal destacada por Bobbio, qual seja, de que “qualquer que seja a classe social que tem as chaves do poder, ela não governa despótica e totalitariamente” (BOBBIO, 20015, p. 370). Este movimento colonizador da esfera representativa foi sendo realizado paulatinamente, e sem a devida percepção pública, a ponto de não serem constatáveis significativas resistências da opinião pública ao fenômeno. *Longa manus* da ideologia da oligarquia, a mídia compartilha e dissemina a ideologia do *establishment* alimenta a falsa crença de que o remédio idôneo para os males da democracia é a participação em novos pleitos, e que pela via de melhor opção sufragista a democracia logrará regenerar a sua vitalidade. Nada mais falso, nada mais comprometedor da própria democracia do que instigar os indivíduos a crer nesta falsa promessa, cujo favor popular tende a esgotar-se ao negar o valor da própria democracia.

O movimento de desadensamento da esfera da política e, paralelamente, de adensamento das funções outorgadas aos tecnoburocratas, ocorre de forma silenciosa, segundo curso ordinário por um poder que aspira agir de forma oculta. A abstinência política popular é reveladora de fastio acompanhado de falsa convicção de que o maquinário democrático se move por si só. A máquina de propaganda ensejou profundo processo de desalojamento do exercício da razão política, cujas consequências mais evidentes são o solapamento dos institutos e das práticas que vivificam as atividades parlamentares que, em resumidas contas, alimentam diretamente a descrença popular nos fundamentos da democracia. Esta descrença é arma letal para a manutenção da democracia, eis que ao ser atingida em cheio pela radicalização dos movimentos antidemocráticos já não encontra na cidadania quem a defenda, senão que cede espaço às oligarquias de sempre, eventualmente já sem os trajes dos senhores de engenho. Cedo ou tarde, em face da inércia cidadã para resistir e conter o forte avanço das forças que operam desde a invisibilidade a democracia certamente soçobrará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “publicização” da esfera da vida política que apoia a via democrática encontra seu antípoda na “secretização”, sendo a primeira uma estratégia compatível com a democracia, enquanto a segunda o é com o autoritarismo. Tornar visíveis os atores do poder, as instituições e as esferas de poder em que operam bem como construir publicamente (mais do que expor) as justificativas das decisões políticas, são estratégias compatíveis com a democracia mas inimigas do autoritarismo. Realizar a política segundo processos compartilhados e compatíveis com as esferas públicas populares de constituição do querer é a consolidação da qualificação da vocação democrática de uma determinada sociedade.

A aspiração democrática depende de que os processos e as instituições não estejam balizados pelo agir oculto ou secreto. Para evitar a derrocada do sistema das liberdades populares é necessário que “os que estão em posições de comando sejam explícitos a seu próprio respeito: mostrem com clareza o que podem e o que não podem fazer” (SENNETT, 2001, p. 222), mas que também coordenem as suas ações com as forças dinâmicas populares da sociedade civil e, logo, que não sejam as oligarquias ou os seus prepostos a qualquer título que ocupem a posição de proeminência nas decisões políticas.

Quando o poder é enfeixado nas mãos de uma inabordável e infalível figura ou grupo, que aja em desconsideração da noção de transparência e visibilidade de suas ações, dos processos públicos e da tomada de decisões políticas e administrativas, então, o que este quadro indica é a existência de um regime autoritário. A visibilidade do poder é essencial em um sistema democrático-social, posto ser esta a única via para que os sujeitos de direito do povo possam exercer a devida influência na esfera política e também o controle sobre o poder. Compartilhar o exercício da razão pública, intervir em sua elaboração, direta ou indiretamente, é pré-condição para que a força da oligarquia através dos *arcana rei oeconomica* não encontre as condições ideais de domínio e a tendência de proliferação do autoritarismo no terreno abandonado pelas instituições de controle.

As aspirações perfeccionistas voltadas a absoluta transparência e os arroubos pela realização da absoluta justiça na terra podem realizar o fim diametralmente oposto ao perseguido, e por isto precisam ser contidas. É preciso recordar a máxima “*Fiat justitia, et pereat mundus*”, máxima orientadora de uma perspectiva redentora que apenas os homens com mente teológica podem almejar, mas não os atores políticos e jurídicos da esfera temporal responsáveis e convictos do real valor da democracia. A transparência deve ser a regra, mas quando a luminosidade é levada a níveis absolutos também pode cegar, colocando a própria vida social a perder e, então, é chegado o momento de perceber a necessidade de utilizar lentes que minimizem o impacto da luz sem menoscabar a sua centralidade.

Sob tal contexto preocupante de consolidação do domínio invisível por parte dos estratos social e economicamente altamente favorecidos da população é preciso recordar uma atualíssima citação de Bobbio na qual alertava intelectuais italianos de seu momento para que “numa sociedade democrática em formação, como a nossa, os intelectuais não podem ficar de lado, como acontece numa sociedade funcional na qual cada coisa caminha para o seu rumo” (BOBBIO, 2015, p. 275). Mas se este era o papel dos intelectuais em tempos de alguma esperança, todavia mais importante seria quando os tempos eram de vida em “numa sociedade totalitária na qual não há alternativa a ou não participar ou colaborar” (BOBBIO, 2015, p. 275). Hesito em qualificar os nossos dias como democráticos, mas não em afirmar o papel dos intelectuais em perscrutar se neles os direitos subjetivos do povo estão sendo respeitados pelas instituições, muito embora também estejamos cientes do quadro evolutivo da história, e assim podemos concordar com Ostrogorski que “la opresión moral de la mayoría se ha ejercido siempre en todas partes desde que los hombres viven en sociedad” (OSTROGORSKI, 2008, p. 45).

A relevância do papel dos intelectuais é reconhecível sobretudo em sociedades em que a democracia é todavia uma aspiração possível, quando, ontem como hoje, como diria Bobbio, “Não estamos mais, felizmente, em tempos de regime totalitário, mas também não estamos, infelizmente, numa sociedade democrática estavelmente constituída” (BOBBIO, 2015, p. 275). Mas não estando em um regime totalitário podemos estar a dar os

primeiros passos em uma tipologia autoritária, e é justamente nesta quadra histórica que a covardia intelectual cobrará ainda mais alto preço da posteridade, pois o valor de assegurar as liberdades sempre é consideravelmente menor do que aquele que terá de ser pago para restaurá-la algum dia.

Com Bobbio concluímos que o tempo presente é, indefectivamente, temperado para a ação em defesa de nossas instituições, de nossos valores democráticos mas, sobretudo, de nossa Constituição. Para fazê-lo é preciso empregar os melhores esforços contra violentos golpes de qualquer gênero que a ela pretendam impor os homens que pretendem aplicar projetos de poder construídos na esfera da invisibilidade dos gabinetes fechados, de onde exercem os seus altíssimos poderes que o controle popular não alcança e em que os seus interesses não são considerados. Estes são tempos em que o forçar para realizar a transparência política requer a coragem de homens como o barbeiro, de Machado de Assis, a conclamar os seus concidadãos: “Meus amigos, lutemos até o fim! A salvação de Itaguaí está nas vossas mãos dignas e heroicas” (ASSIS, 2014, p. 56), mas para invocar a vida é preciso o ato, e a aventura heroica reclamada por Machado de Assis demandava nada menos que “Destruamos o cárcere de vossos filhos e pais, de vossas mães e irmãs, de vossos parentes e amigos, e de vós mesmos. Ou morreréis a pão e água, talvez a chicote, na masmorra daquele indigno” (*Ib.*). Este nosso é tempo de coragem, é tempo de resistência civil, e isto pelo motivo de que a defesa da Constituição é tarefa-mor que não pode ser cumprida sem forte e decidida ação. O preço da covardia será a eterna sela em nossas costas.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. *O alienista*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.
- BOBBIO, N. *Política e cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- _____. *Democracia y secreto*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- CANETTI, E. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DELGADO GIL, A. El delito de revelación de secretos de Estado en los artículos 598 CP comum y 53 CP militar. Reflexiones sobre sus diferencias. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. 2005, p. 01-19. Disponível em: <<http://criminet.ugr.es/recpc/07/recpc07-13.pdf>>. Acessado em: 2 de maio de 2016.

- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- FLINDERS, M. *Defending politics*. Why democracy matters in the twenty-first century. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GALLI, C. *El malestar de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- GANZ, D. Introduction. In: DAVIES, W; FOURACRE, P. *Property and powers in the Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 1-13.
- KANTOROWICZ, E. Secretos de Estado: un concepto absolutista y sus tardíos orígenes medievales. *The Harvard Theological Review*, Número XLVIII, p. 37-70, 1955. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2129269>>. Acesso em: 13.12.2018.
- LUCAS MARTIN, F. J. Democracia y transparencia. Sobre poder, secreto y publicidad. *Anuario de Filosofía del Derecho*, VII, p. 131-145, 1990.
- OSTROGORSKI, M. *La democracia y los partidos políticos*. Madrid: Trotta, 2008.
- POLACK, A. Democracia, representación y ciudadanía en el pensamiento de Carl Schmitt. *Reflexión Política*, v. 13, n. 26, p. 54-64, diciembre 2011.
- SARTORI, G. *¿Qué es la democracia?* México: Tribunal Federal Electoral; Instituto Federal Electoral, 1993. Disponível em: <<http://bibliohistorico.juridicas.unam.mx/libros/libro.htm?l=1135>>. Acessado em: 3 de maio de 2016.
- SCHMITT, C. *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Berlin: Duncker & Humblot, 2010.
- SENNETT, R. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2001.